

O progresso como dispositivo de governo: o caso da barragem de Sobradinho.¹

Erick Maddson Rodrigues Bonfim (UNIVASF/Brasil)

Biopolítica; Desenvolvimentismo; Deslocamento forçado

Resumo: Este trabalho em desenvolvimento faz parte de um recorte da minha dissertação de mestrado e propõe uma análise crítica em torno da construção da barragem de Sobradinho (BA), um grande empreendimento hidrelétrico iniciado em 1972 e finalizado em 1979, “durante o chamado milagre econômico, ápice da repressão militar tendo em frente da presidência da república o general Emílio Garrastazu Médici.” (Marques et al, 2022, p.1). Esse projeto/empreendimento, bem como o processo de industrialização do Nordeste, era um dos caminhos possíveis para superar o “subdesenvolvimento regional”, muito defendido a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1959. (Martins, 2001). A SUDENE foi criada com o intuito de fazer uma “(...) intervenção estatal planejada” (Oliveira, 1981, p.99) em uma região considerada subdesenvolvida.

Contudo, por trás dessa narrativa de progresso, a construção de usinas hidrelétricas, exemplificado neste estudo pela Barragem de Sobradinho, não esteve ligada somente a projetos de desenvolvimento energético, mas a engrenagens de controle social e integração forçada de territórios vistos como periféricos (Martins et al, 2025) e como consequência serviu também, como um dispositivo político para legitimar a desterritorialização compulsória de milhares de famílias ribeirinhas (Sigaud, 1986), principalmente durante o regime militar, pois “Sob o pretexto de restaurar a ordem institucional e conter o avanço do comunismo, os militares instauraram um regime autoritário que passou a articular o desenvolvimento territorial à lógica da segurança nacional e da expansão capitalista” (Martins et al, 2025, p.3).

Dessa maneira, este trabalho, que é de caráter qualitativo e histórico-antropológico, utiliza a análise de documentos oficiais da época, a exemplo de relatórios da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), revisão de bibliografia sobre desenvolvimentismo e conflitos por terra e água, bem como estudos posteriores que dão voz aos atingidos. Além disso, o trabalho tem a intenção de provocar reflexões ao colocar o desenvolvimentismo

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

sob a lente da violência do Estado, pois mostra que grandes projetos/empreendimentos quando construídos especialmente em contextos autoritários, possuem mecanismos de controle social, mas que se mascararam em forma de progresso. Com isso, o trabalho pretende demonstrar que o projeto da barragem de Sobradinho, não foi um mero projeto de infraestrutura, mas serviu como um mecanismo de biopolítica em grande escala. (Foucault, 2008).

Introdução

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil e, especialmente, o Nordeste brasileiro passavam por obras que seriam consideradas impulsionadoras de recursos energéticos; a barragem de Sobradinho é um desses casos emblemáticos. O país passava pelo período chamado de “milagre econômico”, o auge da Ditadura Militar, com o general Emílio Garrastazu Médici à frente da presidência da república (Marques *et al.*, 2022). E as obras de grande porte, principalmente as usinas hidrelétricas, foram “(...) um dos maiores legados do regime militar brasileiro para as décadas subsequentes” (Souza Braga, 2020, p. 31).

Iniciada no ano de 1972 e finalizada em 1979, a barragem de Sobradinho foi responsável pelo deslocamento forçado² de aproximadamente 72.000 pessoas (Sigaud, 1986). Localizada no Rio São Francisco, na Bahia, a barragem foi projetada a partir das políticas desenvolvimentistas herdadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959 com o objetivo de promover uma “intervenção estatal planejada” em uma região considerada subdesenvolvida (Oliveira, 1981, p. 99).

Contudo, este trabalho parte da premissa de que a narrativa do progresso e do desenvolvimento escondem outros problemas mais complexos. A construção da barragem de Sobradinho e outras hidrelétricas³, não esteve ligada a somente a projetos de desenvolvimento energético, mas a engrenagens de controle social e integração forçada de territórios vistos como periféricos (Martins *et al.*, 2025).

² Sigaud (1986) fala de desalojados ou deslocados.

³ “As usinas hidrelétricas no Brasil não eram uma novidade durante o regime ditatorial, e a viabilidade de suas construções não é obra do acaso. A primeira barragem para a geração de energia elétrica registrada no país foi a do Ribeirão do Inferno, no rio Jequitinhonha em Minas Gerais no ano de 1883, com a função de fornecer recursos para a extração de diamante. Quase quarenta anos depois, em 1920, o número de hidrelétricas no país sobe para 343 e dez anos depois, na década de 1930, o número mais que triplicou ao contabilizar uma marca superior a 1200 (Barbosa; Souza Junior, 2024, p. 107-108).”

Este trabalho, como mencionado no resumo, possui um caráter histórico-antropológico e tem como objetivo central analisar os discursos oficiais produzidos pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e pelos órgãos financiadores (notadamente o Banco Mundial) durante o planejamento e a execução da barragem. Para isso, recorri à análise documental de relatórios técnicos, estudos de impacto e planos de reassentamento, confrontando-os com a bibliografia sobre desenvolvimentismo, conflitos por terra e água.

Divido este trabalho em três seções. Na primeira, procuro recuperar o contexto histórico do desenvolvimentismo no Nordeste e sua “apropriação” pelo regime militar. Na segunda, analiso alguns documentos oficiais da CHESF e do Banco Mundial, identificando suas categorias de classificação da população afetada. Por fim, na terceira e última seção, discuto a barragem de Sobradinho como um dispositivo da biopolítica, articulando os conceitos de Foucault (2008) à análise das fontes.

O desenvolvimentismo no Nordeste

O Nordeste, desde a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1959, é considerado pelo Estado brasileiro um local subdesenvolvido e que necessita de uma intervenção estatal planejada (Oliveira, 1981). Isso é notado, anteriormente, no ano de 1956 quando Celso Furtado é indicado para presidir o GTDN⁴, órgão responsável por fazer diagnósticos que serviam para equilibrar as desigualdades entre o Centro-Sul e o Nordeste, uma maneira de manter as regiões dentro do conceito de unidade nacional (Martins, 2001). A partir da criação do GTDN, e posteriormente da SUDENE, o discurso empregado de que a região Nordeste é atrasada e precisa se adequar ao Centro-Sul é fortalecido. Vale a pena ressaltar, que o problema aqui não é a seca, mas como a mesma é gerida. Por boa parte do Nordeste estar dentro do bioma Caatinga e este possuir clima tropical semiárido, é notável a incidência pluviométrica irregular, característica do próprio clima. Entretanto,

(...)a sua localização geográfica e hidrográfica possibilitou a convergência e intersecção da ação governamental voltada tanto para questões concernentes ao combate às secas e sua relação com o que ficou denominado de “Polígono das Secas”, quanto às políticas relacionadas com o rio São Francisco e seu papel estratégico para o desenvolvimento da região (...) (Matsushita, 2025, p. 28).

⁴ Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Este constatou que o Nordeste tinha como um dos principais problemas não a seca cíclica, mas um problema estrutural de desenvolvimento.

Isso mostra que o problema das secas funcionou como um impulsionador de políticas públicas que “ajudassem” a desenvolver o Nordeste, com a industrialização e, conseqüentemente, a partir da implementação de usinas hidrelétricas. A barragem de Sobradinho situada no Submédio São Francisco, foi inicialmente planejada⁵ para regularizar o curso do Rio São Francisco; entretanto, estavam entre outros de seus objetivos “o melhoramento das condições de navegabilidade” (Sigaud, 1986, p. 10). No ano de 1973, as obras foram iniciadas e, um ano mais tarde, quando o presidente era o General Ernesto Geisel, o governo resolveu que Sobradinho passaria a produzir energia elétrica, considerando que a crise mundial de petróleo inviabilizaria a instalação de usinas térmicas no país (Sigaud, 1986).

As usinas hidrelétricas fizeram parte dos planos de governo do período ditatorial brasileiro, pois a

(...) perspectiva militar no poder, situada entre o desenvolvimentismo econômico liderado pelo Estado – com a forte presença do empresariado – e a Doutrina de Segurança Nacional, criou um arranjo especial de poder que contribuiu fortemente, entre outras coisas, para a consolidação do setor de energia como prioritário frente a outras políticas públicas (Souza Braga, 2020, p. 31)

Como mostrado por Sigaud (1986)⁶ e afirmado por Souza Braga (2020), as construções dessas usinas hidrelétricas promoveram uma série de mudanças no ambiente e na sociedade. No caso da barragem de Sobradinho, 72.000 pessoas tiveram que ser deslocadas do território que viviam e os municípios de Juazeiro, Sento Sé, Xique-Xique, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado foram afetados. Além disso, dezenas de povoados foram desalojados (Sigaud, 1986). As pessoas tiveram que se reassentar a quilômetros de onde antes eram suas casas ou, em outros casos, ir morar a mais de 700 quilômetros, no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR).⁷

Apesar desses efeitos desastrosos, se é que a palavra “efeito” possa aqui ser empregada, dado que sugere consequência neutra onde houve violação de direitos, a

⁵ “A decisão de construir Sobradinho foi tomada no interior do Ministério das Minas e Energia, em 1972, um ano após a definição de sua localização, quando era presidente o General Emílio Médici, cujo governo pode ser caracterizado como um dos mais autoritários da história da República do Brasil (Sigaud, 1986, p. 10).”

⁶ Sigaud analisa em seu trabalho o caso das barragens de Sobradinho e Machadinho.

⁷ “Projeto de Colonização de Sobradinho, posteriormente denominado Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR). Localizada a mais de 700km da área da barragem de Sobradinho, Serra do Ramalho foi o local para o qual a CHESF e o INCRA quiseram deslocar as populações atingidas (Marques, 2022, p. 106, nota 19).”

barragem de Sobradinho, após a sua construção, ainda não havia beneficiado a região em que o lago estava situado (Sigaud, 1986). Isso mostra que a promessa de desenvolvimentismo para o Nordeste, propagada desde os tempos do GTDN e da SUDENE, esbarrou em uma realidade completamente diversa. A região que seria supostamente beneficiada foi, na prática, a que arcou com seus custos sociais e ambientais mais graves.

Vale a pena lembrar que estamos falando de um Estado autoritário, sendo indissociável esse padrão de intervenção e o contexto da ditadura cívico-militar no Brasil. Como mostra Martins (2001):

O governo militar estruturou um gigantesco setor público agrícola, englobando antigos institutos de produtos de exportação (IAA, IBC, CEPLAC), agências regionais (DNOCS, SUDENE, SUDAM, SUDECO) e novas empresas estatais organizadas em sistemas de crédito (SNCR), planejamento (SPA), extensão (EMBRATER) e pesquisa (EMBRAPA). Este arranjo institucional ajudaria a evitar pressões e a manter a tecnocracia estatal distante dos conflitos sociais (Martins, 2001, p. 51).

Nesse quadro, a construção do Nordeste como uma região atrasada e seca, discurso forjado desde o GTDN, serviu para justificar intervenções centralizadas. Conclui-se, portanto, que não foi a seca a responsável pelo subdesenvolvimento, mas a sua gestão, realizada por um Estado autoritário que, sob a ótica do desenvolvimentismo e da unidade nacional, priorizou energia para o Centro-Sul em detrimento das populações do Semiárido nordestino.

Os documentos oficiais como fonte de análise

Essa seção é dedicada a um dos pilares metodológicos deste trabalho, pois, através de documentos institucionais, mesmo sendo estes reduzidos por motivos de tempo até a escrita deste trabalho, procuro mostrar como as narrativas institucionais sustentaram e legitimaram a construção da barragem de Sobradinho. As fontes utilizadas são um documento do Banco Mundial e um relatório da CHESF. O documento do Banco Mundial é intitulado *World Bank Approaches to the Environment in Brazil: A Review of Selected Projects*⁸, que, traduzido ao português de uma forma mais ou menos aproximada, é “Abordagens do Banco Mundial em relação ao meio ambiente no Brasil: uma revisão de projetos selecionados.” O relatório da CHESF é datado de 28/02/1977 a 00/12/1978,

⁸ Farei o uso de itálico para palavras ou expressões estrangeiras.

porém a série de documentos é datada de 00/09/1970 a 27/07/1989. O mesmo é composto por 259 páginas e apresenta informações gerais sobre a barragem de Sobradinho. Embora estes documentos possuam caráter técnico, eles revelam estratégias discursivas e relações de poder durante o período da construção da barragem.

Neste documento do Banco Mundial, publicado no ano de 1992, o capítulo IV trata estritamente do Baixo Médio São Francisco, onde está localizada a barragem de Sobradinho. No início dessa parte, o documento faz uma crítica às desestruturações e às indenizações, ou falta delas, das pessoas que foram afetadas com a construção da barragem. Mais ainda, na página 5, fica explícito que a ideia de que metade das pessoas deslocadas da zona rural iria optar pela realocação para o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR) era completamente errônea. Isso contrasta diretamente com o relatório da CHESF. No que diz respeito às indenizações, a CHESF usou a propriedade legal, ou seja, os títulos de terra, como o principal critério de compensação; fazendo isso, ignorou completamente os modos tradicionais de posse e uso da terra, a exemplo a agricultura de vazante e sequeiro. Isso mostra o nível de desrespeito da CHESF e do Estado brasileiro em relação a quem habitava o território há muitos anos.

Em relação aos deslocamentos para a Serra do Ramalho, é notório que boa parte da população afetada pela construção da barragem optou por permanecer à borda do lago. O esquema de colonização, que fica próximo à cidade de Bom Jesus da Lapa, no oeste do estado da Bahia, foi, de acordo com o documento do Banco Mundial, um fracasso econômico e que, posteriormente, acabou sendo abandonado por boa parte dos colonos de Sobradinho. Esses, tiveram seus modos de vida completamente afetados, pois quem estava acostumado a plantar de vazante e a pescar, teria agora que se contentar com um modo de produção completamente distinto, caso seu destino fosse o Projeto de Colonização Serra do Ramalho. O relatório da CHESF deixa claro a todo momento que a área que as pessoas atingidas pela barragem iriam ocupar era fértil e propensa à agricultura. “(...) a área do Projeto é dotada de solo de origem calcária dos melhores do vale do São Francisco, com topografia plana, recebendo uma precipitação anual entre 600 e 1.000 milímetros, adequada para as lavouras de milho, feijão, mandioca, mamona, algodão, etc (CHESF, 1989, p. 15). Por outro lado, o próprio Banco Mundial admite que o reassentamento para muitas dessas pessoas foi uma experiência muito traumática e que a CHESF utilizou de táticas violentas (*Strong-arm tactics*) e pressões ilegais durante a implementação do Projeto. Ou seja, de um lado, a CHESF tentou criar um cenário completamente favorável ao deslocamento de milhares de famílias para a Serra do

Ramalho; entretanto, a mesma companhia responsável pela construção da barragem de Sobradinho potencializou as violências sofridas pelas pessoas afetadas. Outro dado do documento do Banco Mundial que creio ser de bastante importância é fato de que a maioria das famílias deslocadas sofreu perda líquida, principalmente os pequenos agricultores. As perdas, nesse sentido para a CHESF, eram consequência do custo do progresso para a região.

Estou tratando de dois documentos institucionais oficiais, não de maneira mais extensa, como pretendido, mas de forma que fique claro que são documentos que buscaram retratar a realidade daquele período, cada qual com os vieses que os beneficiassem. Existe um trecho do documento do Banco Mundial que mostra a falta de autoridade do próprio banco para interromper o projeto.⁹ Nesse caso, o próprio Banco Mundial admite que sabia dos reais problemas que permeavam a execução do projeto, mas não tinha, ou não criou, mecanismos para agir. Aqui, o “progresso” estava prevalecendo sobre o bem estar humano.

A tese de Johnson (2021) corrobora ainda mais esse argumento anterior. De acordo com ele, o presidente Geisel¹⁰ tinha programado para inaugurar a barragem do Sobradinho em março de 1979; por isso, os engenheiros responsáveis mantinham o reservatório com a capacidade máxima para que o presidente pudesse ver a magnitude do maior lago da América do Sul. Porém, a combinação de fortes chuvas com a água do reservatório no limite causou enchentes que foram responsáveis pelo deslocamento de diversas pessoas.

Mesmo existindo diversos estudos de impactos ambientais da construção da barragem,

os relatórios não tiveram muito impacto na mitigação da pegada ambiental de cada projeto, mas geraram dados úteis e foram uma excelente ferramenta para mostrar ao mundo que o governo militar estava de fato prestando atenção às consequências sociais e ambientais de suas barragens gigantes (Johnson, 2021, p. 159).

⁹ Original: “The Bank did not give itself the contractual authority to hold up project construction in the event of the Government's failure to comply with the provisions of loan covenants concerning resettlement and the environment. Both the Bank and CHESF were apparently eager to begin funding and construction of PA IV without undue delay. ... By the time that resettlement reached a crisis point, however, most of the loan funds for the hydropower project had already been disbursed and the Bank had essentially lost its leverage (World Bank, 1992, Vol. IV, p. 32).”

¹⁰ Ernesto Geisel foi um dos presidentes do país durante a ditadura militar. Teve papel de destaque no movimento de deposição de João Goulart, e assumiu a chefia do gabinete militar do presidente Castelo Branco. Em 1966, foi promovido a general. Em março de 1967, tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar e, entre 1969 e 1973, foi presidente da Petrobrás. (ver referência)

Em outras palavras, os estudos ambientais funcionavam mais como um dispositivo de legitimação internacional, pois permitiam ao regime militar e ao Banco Mundial manterem uma imagem de responsabilidade social, do que como um instrumento de planejamento.

A análise desses documentos revela, portanto, uma racionalidade governamental que opera por meio da categorização hierarquizante da população, bem como da linguagem eufemística que transforma a expulsão em “reassentamento”. O que os relatórios do Banco Mundial e da CHESF tornam visível, mesmo que não seja essa sua intenção, é o funcionamento de uma lógica que trata populações como variáveis que se encaixam dentro de um cálculo da engenharia. Essa lógica, que procuro demonstrar um pouco mais profundamente na próxima seção, encontra apoio na teoria da biopolítica do Foucault (2008). Para Foucault (2008), a biopolítica funciona como um mecanismo que o poder moderno adquiriu para administrar a vida, seja através de saúde, natalidade, mortalidade. E eu creio que a barragem de Sobradinho funcionou e ainda funciona, pois essa é uma espécie de marcador temporal que não teve seu fim¹¹, como um dispositivo de biopolítica em grande escala.

A barragem como um dispositivo biopolítico

Os documentos oficiais analisados deixavam implícito e, em alguns momentos, explícito, uma racionalidade do Estado e suas instituições em gerir a vida da população afetada pela construção da barragem de Sobradinho. Recorro à teoria da biopolítica do Foucault (2008), pois entendo que esta pode amparar meus argumentos. Além disso, recorro também ao conceito de governamentalidade interpretado por outros autores, a exemplo de Miguel (2017). De acordo com Miguel (2017) “Os conceitos de governamentalidade e biopolítica foram introduzidos por Foucault (2008a, 2008b, 2010) para traçar um número histórico de racionalidades específicas ligadas ao Estado moderno” (Miguel, 2017, p. 978). Tomando como chave analítica a barragem de Sobradinho, acredito que esta funcionou como um dispositivo biopolítico, principalmente a partir do momento em que as famílias ribeirinhas que tiveram seus modos de vida destruídos para a construção desse gigantesco empreendimento não foram ouvidas,

¹¹ Digo isto, pois a partir do contato com algumas pessoas que foram atingidas pela construção da barragem de Sobradinho, estas retratam dos problemas de hoje, como problemas recorrentes à construção da barragem.

tampouco ajudadas pelas instituições responsáveis. Elas foram, antes de tudo, geridas como um excedente populacional a ser removido, expulso, para dar lugar à infraestrutura¹² do “progresso”. Os termos biopolítica e biopoder, se encaixam aqui pelo fato de que, para o Estado moderno manter a sua soberania, é necessário controlar de maneira sucinta as vidas e os corpos dos sujeitos.

O termo “biopoder” ou “biopolítica” designa formas de poder exercidas sobre sujeitos como membros de populações que têm sua forma de vida ameaçada. Foucault (2008a, 2008b) percebe que a manutenção da vida das populações é uma condição para a soberania do Estado moderno. Tais populações sob ameaça podem ser conhecidas pelo Estado por meio de uma diversidade de estudos estatísticos, predições científicas, entre outras técnicas de mensuração de risco. A partir dessas pragmáticas que objetificam populações vulneráveis, o Estado pode efetivamente “governar a vida” tecnopoliticamente (Miguel, 2017, p. 978).

Ou seja, a partir do momento em que o poder já não está mais centrado nas mãos de um soberano, como o era antes da modernidade, representado pela figura de um rei, este é agora gerido por um Estado que “faz viver”, mas controla as vidas. Isso significa que o poder não se exerce apenas a partir da punição; ele agora é exercido por meio da gestão da vida, através dos nascimentos, da saúde, da alimentação, habitação.

Considero o conteúdo dos documentos como a aplicação mais precisa da biopolítica exercida pelo Estado. O relatório do Banco Mundial categoriza a população afetada e a divide em grupos: aqueles que aceitaram as indenizações, aqueles que se renderiam ao deslocamento para o Projeto de Colonização ou os que possuíam títulos de terra. Nesses três exemplos, os que possuem títulos de terra, são capazes de fazer algum tipo de “escolha”, mesmo sendo esta fatalmente englobada nos parâmetros institucionais. Porém, o restante da população seria os que não tinham poder de decisão e ficariam à mercê da própria sorte.

É importante ressaltar que todo esse aparato biopolítico não operou em um vazio, pois se articulou ao contexto do desenvolvimentismo autoritário do regime militar brasileiro. No momento em que o discurso da SUDENE trata o Nordeste como uma região atrasada e que merece uma “intervenção estatal planejada” (Oliveira, 1981, p. 99), já existe o dispositivo estatal como uma forma de controle. Além disso, como mostram os documentos do Banco Mundial, a CHESF utilizou de táticas violentas para pressionar as pessoas a saírem o mais rapidamente possível das áreas que seriam inundadas. A

¹² STAR, S. L. A etnografia da infraestrutura. In: BOWKER, G. C. et al. (Orgs.). **Sorting things out: classification and its consequences**. Cambridge: MIT Press, 1999. p. 377-391.

biopolítica, nesse caso, não exclui a necessidade do uso da violência; ela a incorpora quando necessário.

Em suma, a barragem de Sobradinho não pode ser reduzida a um mero projeto de infraestrutura energética. Os documentos do Banco Mundial e da CHESF revelam um dispositivo de governo das populações, no momento em que a vida das pessoas era gerida para que a modernização chegasse. Escolher o futuro de milhares de pessoas é o quê, senão o controle dos seus corpos e modos de vida? Por isso afirmo que a barragem de Sobradinho foi e é um dispositivo biopolítico.

Considerações finais

A análise do contexto ditatorial brasileiro em conjunto com os documentos do Banco Mundial e da CHESF revelam um capítulo da história brasileira que o desenvolvimentismo e a busca pelo “progresso” geraram um custo humano, social e ambiental imensuráveis. Diversas famílias afastadas das suas terras e de seus entes; um território habitado, passou a ser alagado para gerar energia para outras regiões do país. Como apontam Barbosa e Souza Junior (2024), as grandes construções de hidrelétricas do período da ditadura brasileira, desconsideraram as populações que habitavam o território afetado.

Os próprios documentos oficiais que retratam a construção da barragem de Sobradinho mostram que as políticas empregadas durante e após a execução do projeto estavam interessadas com a construção da barragem e da energia por ela gerada. As pessoas não tiveram voz nesse cenário, elas foram gerenciadas e silenciadas. Por isso, faço questão de afirmar que a barragem de Sobradinho funcionou e funciona como um dispositivo biopolítico. Desde o planejamento da construção, do espaço que serviria como “barreira”, até o deslocamento forçado de ribeirinhos para agrovilas distantes mais de 700 quilômetros de seus territórios; os assentados na borda do lago; os que foram empurrados para as margens dos grandes centros urbanos: tudo isso foi uma maneira de gerenciar vidas que importavam menos do que o “progresso”.

Em síntese, o Estado brasileiro classificou a região Nordeste como atrasada, seca, e que deveria se ajustar aos modos que ele considerava como desenvolvidos de viver e produzir do Centro-Sul, esquecendo as diversas formas de convivência e produção aqui realizadas. Tinha-se a ideia de que essas pessoas eram agricultores de subsistência, que somente produziam para sobreviver, mas, na verdade, havia muito mais riqueza nas

relações do que fosse possível mensurar. Eram trocas que eram mantidas por parentesco, sendo esse consanguíneo ou não; eram vendas de excedentes da agricultura para vizinhos. Eram formas de vida que de alguma forma tinham que se perder, para serem enquadradas ao grande interesse econômico do capital.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Camila Alice Diógenes; SOUZA JUNIOR, Paulo Montini de Assis. Crucificados pela Chesf: Abusos de poder da Ditadura-Empresarial Militar na construção da usina hidrelétrica de Itaparica, 1976-1979. **Em Perspectiva**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 103–122, 2024. DOI: [10.36517/em perspectiva.v10i2.94202](https://periodicos.ufc.br/em perspectiva/article/view/94202). Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/em perspectiva/article/view/94202>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. Eletrobras; COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF. **Série Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (00/09/1970 a 27/07/1989)**. [S.l.]: CHESF, [1989]. Disponível em: [Inserir a URL do site]. Acesso em: 02 jun. 2026.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: **Martins Fontes**, 2008.
- Johnson, Matthew P. *Templos dos Faraós Modernos: Uma História Ambiental das Barragens e da Ditadura no Brasil, 1960-1990*. History, 2021. hdl.handle.net/10822/1062356.
- MARQUES, Adalton et al. A construção e as consequências da barragem de Sobradinho. **MemoLutas – Vale do Submédio São Francisco**, 2022.
- MARTINS, Marco Túlio et al. A dinâmica territorial brasileira na ditadura militar (1964-1985): uma síntese das hidrelétricas como grandes empreendimentos geoestratégicos. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, p. e8138-e8138, 2025.
- MARTINS, Mônica Dias. Os Militares e o Sertão. **[ARQUIVADA] Políticas Públicas e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 47-58, 2001.
- MATSUSHITA, Leilane Latorre. A “Besta-Fera das Águas” e a transformação socioambiental do Vale do São Francisco: as ações de resistência da Comissão Pastoral da Terra e da comunidade de Andorinhas (1959-1981). 2025. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2025.
- MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. Tecnopolíticas das mudanças climáticas: modelos climáticos, geopolítica e governamentalidade. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, n. 4, p. 969-987, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, Nordeste. **Planejamento e conflito de classes**, v. 3, 1981.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, v. 9, 1986.

Souza Braga, F. de. (2020, March 12). *A ditadura militar e a governança da água no Brasil :ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte*. CRC Press/ Balkema, Leiden. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/86279>

World Bank, Operations Evaluation Department. (1992). *World Bank Approaches to the Environment in Brazil: A Review of Selected Projects, Volume IV: The Middle and Lower San Francisco Valley* (Report No. 10039). Washington, D.C.: World Bank. "For official use only." April 30, 1992.